



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO**  
**DISTRITO FEDERAL**

Conselho Fiscal

ATA

**ATA DA OCTOGÉSIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL – IPREV/DF.**

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e dezessete minutos, de forma presencial, realizou-se a Octogésima Quarta Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – CONFIS/Iprev/DF, instituído pela Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, como órgão responsável por supervisionar a execução das políticas do Conselho de Administração e o desempenho das boas práticas de governança da unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, voltado ao acompanhamento e a fiscalização do funcionamento da entidade e seus planos de benefícios. A reunião foi presidida pelo Presidente do CONFIS/Iprev/DF, Luciano Cardoso de Barros Filho, que convidou a mim, Jerusa de Vasconcelos Lins Alves, Secretária Executiva, para secretariar a sessão. Participaram da reunião os seguintes **Conselheiros Titulares:** Luciano Cardoso de Barros Filho e Marcelo Cruz Borba. **Conselheiros Suplentes:** Flávia de Moraes Mendes que participou como Membro Titular com a ausência da Conselheira Andrea Maria Oliveira Gomes. Registra-se, também, participante desta reunião, na qualidade de convidado, o seguinte servidor do Iprev/DF: Abraham Lincoln C. de Amorim, Ádison de Oliveira Rocha, Célia Maria Ribeiro de Sales, Cleber Alves Ribeiro, Clésio Alves da Silva, Jefferson Nepomuceno Dutra, Lucas Fernandes de Azevedo, Lucyano Segundo e Ramon Estêvão Cordeiro Lima. Verificada a existência de quórum, o presidente iniciou a reunião pelo **item I** da pauta, que concerne à leitura e aprovação da Ata e o Extrato da Ata da 42ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do Iprev/DF. Os documentos foram aprovados pelo colegiado e posteriormente foram inseridos no Sistema Eletrônico de Informações – SEI/GDF visando posterior publicação do Extrato em Diário Oficial do Distrito Federal. **Item II - Posse do novo membro designado por meio do Decreto nº 43.881, de 26 de outubro de 2022 - Processo SEI-GDF nº 00413-00001133/2022-10;** - O Presidente declarou empossado o Conselheiro Fernando Antônio de Aquino Pavie, na qualidade de membro suplente, designado conforme o Decreto nº 43.881, de 25 de outubro de 2022, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 202, de 26 de outubro de 2022, para compor o Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal e deu prosseguimento ao **Item III - Apresentação do Diretor-Presidente, Paulo Ricardo Andrade Moita;** o Diretor-Presidente, Paulo Ricardo Andrade Moita, apresentou aos Conselheiros um pouco da sua trajetória profissional, perfil de trabalho, as alterações no quadro de pessoal do Iprev e, por fim, colocou-se à disposição do Conselho Fiscal para o que for necessário. **Item IV - Acompanhamento das Contas - Exercício 2022 - Processo SEI-GD nº 00413-00001912/2022-15;** Devido a pauta do dia ser muito extensa, o Presidente Luciano sugeriu discutir a pauta na próxima reunião intermediária a ser realizada virtualmente ainda neste mês de novembro. **Item V - Apreciação da Política de Investimentos - Processo SEI-GDF nº 00413-00005299/2022-13;** O Presidente do CONFIS/Iprev/DF informou aos conselheiros que a matéria a ser apresentada destina-se ao conhecimento e acompanhamento. Depois, oportunizou a Diretoria de Investimentos, representada por Jefferson Nepomuceno Dutra, a fazer a apresentação que iniciou expondo sobre o Relatório da Conjuntura Econômica de outubro do corrente ano. Comentou que o panorama econômico atual não houve grandes mudanças do mês anterior, onde continuam as crises no cenário internacional, advindas da guerra, crise do combustível e a pandemia. Ressaltou ainda que países e grupos econômicos que são bastante desenvolvidos, continuam passando por problemas estruturais, como por exemplo, altos índices de inflação. Os EUA e a zona do Euro estão passando por processo similar, com altos índices de inflação, taxa de juros elevada e um agravamento da economia na zona do Euro pela escassez de energia com a chegada do inverno. Em relação ao panorama na China, vendas a varejo, apresenta uma volatilidade muito grande, em todos os sentidos. O nível de inflação está em torno de 2,8% a.a., um processo inflacionário alterado, mas sob controle. Em relação às vendas, a China tem

apresentado uma produtividade muito abaixo do normal por conta dos diversos *Lockdowns*, com processos de travamento de oferta, o que acabou trazendo alguns efeitos negativos na economia. Em seguida, com relação ao panorama internacional, informou que o US Dollar Index - DXY (\$) demonstra que o Dólar continua sendo buscado como moeda forte e só tem crescido nos últimos meses. Tanto o investidor doméstico quanto o internacional, acabam buscando uma forma mais fácil de ter liquidez em algum momento mais complicado na economia. Informou que o comportamento dos investidores internacionais na busca por Títulos Públicos Americanos - *Treasuries*, demonstra uma maior fuga de risco. Seguidamente, apresentou o IBOV, no fechamento em outubro em 110.036 pontos. Nos gráficos apresentados, demonstrou a inversão da taxa de juros americana, escalada do DXY e queda do SP500 index (3.585,62). No cenário doméstico, a meta de inflação caiu para 7,17% e a taxa SELIC permanece em 13,75%. O IBC-BR que é uma antecipação dos cálculos de produtividade do Brasil, calculado pelo Banco Central, apresenta uma queda do IBC-BR de 1,13% para o mês de agosto. O país apresenta uma projeção de crescimento em mais de 2% com o cenário anual. Nos principais pontos do cenário internacional e nacional, o Diretor de Investimentos passou a palavra ao Chefe da Assessoria Especial de Estratégia de Investimento, Ramon Lima, que realizou a apresentação detalhada das diretrizes da Política de Investimento. Informou que há 4 principais diretrizes para a PI/2023, em atendimento à legislação: modelo de gestão, governança dos investimentos, metas dos fundos geridos e seleção de prestadores de serviços. O modelo de gestão será própria, conforme molde previsto no art. 21 da Resolução CMN nº. 4.963/2021. Para a governança de investimentos, há 3 fases: 1) política de investimentos com diretrizes globais de alocação a médio prazo, iniciada na Diretoria de Investimentos, deliberada na Diretoria Executiva (DIREX), no Comitê de Investimentos e Análise de Riscos (CIAR) e no Conselho de Administração (CONAD); 2) macro alocações mensais, proposta pela Diretoria de Investimentos e deliberada no Comitê de Investimentos e Análise de Riscos; 3) micro alocações diárias, executada pela Diretoria de Investimentos em conjunto com o Diretor-Presidente. Ainda sobre a governanças dos investimentos, há os relatórios mensais (realizados pela Diretoria de Investimentos), com parecer do CIAR e aprovação de parecer pelo Conselho Fiscal (CONFIS). A Seleção de prestadores de serviços que receberão recursos do IPREV/DF serão submetidos ao processo de credenciamento nos moldes exigidos pelo Ministério de Economia. O Diretor de Investimentos, em aparte à fala do Assessor, informa que o processo de credenciamento, dentro da Diretoria, tem rito criterioso de escolha, passando pela Diretoria Jurídica e pelo CIAR, com publicação de edital e de escolha das instituições e fundos de investimentos. O Assessor Ramon discorreu sobre as metas, 3ª Diretriz da PI/2023, e apresentou o referencial de rentabilidade para o Fundo Financeiro, que, por seu caráter não acumulativo, decorrente de seu regime de repartição simples e situação deficitária, a taxa utilizada para o cálculo do resultado atuarial do Fundo Financeiro é de 0%. Informou que, mesmo com a meta zerada, há rentabilidade no Fundo Financeiro. Todos os meses no relatório é informado quanto à sua rentabilidade e, normalmente, com aplicação em fundos de maior liquidez. No Fundo Capitalizado a meta de rentabilidade em 2023 é de 2,92% acima do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Foi utilizada média dos 36 meses dos títulos públicos NTN-B com *duration* aproximado de dez anos, com o intervalo superior (70% da média) e inferior. No Fundo Solidário Garantidor, a meta de rentabilidade para 2023, embora esteja vinculada à meta SELIC e descontada a projeção de inflação para o próximo ano, com base no Boletim Focus de 19 de agosto de 2022, poderá ser de 1,05% ao ano, acima do IPCA. No Fundo Administrativo, dada a necessidade de liquidez, e o plano de custeio do RPPS, a taxa utilizada é 0%, e, também, há rentabilidade com as aplicações durante o exercício. Quanto aos limites de alocação, traz um diferencial de 2022, que é o Pró-Gestão, nível II. Apresentou ainda uma nova Portaria que determina que os limites agora devem ser por bloco e por limite global. Na antiga resolução tinha somente a diferença de renda fixa e renda variável, agora, tem vários limites por vários blocos, em conformidade com o que está proposto na Portaria. Ressaltou que, para justificar essa estratégia de Investimento para 2022, pegou tudo o que foi executado nos últimos três anos e formulou-se o portfólio ótimo para montar a estratégia de alocação para o ano de 2023. Sendo assim, a estratégia de alocação deverá ser: artigo: art. 7º, I, a, posição atual da carteira: 25,35%, limite inferior: 10%, estratégia alvo: 10%, limite superior: 100%, resumo da estratégia: diminuição; artigo: art. 7º, I, b, posição atual da carteira: 32,84%, limite inferior: 10%, estratégia alvo: 20%, limite superior: 100%, resumo da estratégia: diminuição; artigo: art. 7º, I, c, posição atual da carteira: 0%, limite inferior: 0%, estratégia alvo: 0%, limite superior: 100%; artigo: art. 7º, II, posição atual da carteira: 0%, limite inferior: 0%, estratégia alvo: 0%, limite superior: 5%; artigo: art. 7º, III, a, posição atual da carteira: 14,12% limite inferior: 0%, estratégia alvo: 53,88%, limite superior: 70%; resumo da estratégia: aumento;

7º, III, b, posição atual da carteira: 0% limite inferior: 0%, estratégia alvo: 0%, limite superior: 70%; artigo: art. 7º, IV, posição atual da carteira: 0% limite inferior: 0%, estratégia alvo: 0%, limite superior: 25%; artigo: art. 7º, V, a, posição atual da carteira: 0%, limite inferior: 0%, estratégia alvo: 0%, limite superior: 10%; artigo: art. 7º, V, b, posição atual da carteira: 3,19%, limite inferior: 0%, estratégia alvo: 0%, limite superior: 10%, resumo da estratégia: diminuição; art. 7º, V, c, posição atual da carteira: 0%, limite inferior: 0%, estratégia alvo: 0%, limite superior: 10%; art. 8º, I, posição atual da carteira: 16,80%, limite inferior: 0%, estratégia alvo: 10%, limite superior: 40%, resumo da estratégia: diminuição; art. 8º, II, posição atual da carteira: 0%, limite inferior: 0%, estratégia alvo: 0%, limite superior: 40%; art. 9º, I, posição atual da carteira: 0%, limite inferior: 0%, estratégia alvo: 10%, limite superior: 10%; art. 9º, II, posição atual da carteira: 3,67%, limite inferior: 0%, estratégia alvo: 5,26%, limite superior: 10%, resumo da estratégia: aumento; art. 9º, III, posição atual da carteira: 0%, limite inferior: 0%, estratégia alvo: 0%, limite superior: 10%, resumo da estratégia: diminuição; art. 10º, I, posição atual da carteira: 0%, limite inferior: 0%, estratégia alvo: 0%, limite superior: 10%, resumo da estratégia: diminuição; art. 10º, II, posição atual da carteira: 1,27%, limite inferior: 0%, estratégia alvo: 0%, limite superior: 5%, resumo da estratégia: diminuição; art. 10º, III, posição atual da carteira: 0%, limite inferior: 0%, estratégia alvo: 0%, limite superior: 5%; art. 11, posição atual da carteira: 0,86%, limite inferior: 0%, estratégia alvo: 0,86%, limite superior: 10%, resumo da estratégia: manutenção; art. 12, posição atual da carteira: 0%, limite inferior: 0%, estratégia alvo: 0%, limite superior: 10%. Após finalizar as diretrizes da PI/2023, o assessor informa sobre a posição da carteira para o mês de setembro. Informa que o FSG rentabilizou R\$ 26,7 milhões no mês, com acumulado negativo de R\$ 45,9 milhões. O Fundo Solidário continua dentro dos parâmetros da PI/2022 quanto aos segmentos. Por benchmark, o FSG tem a maior parcela em títulos públicos, IDKA-IPCA 2a, e IBOV, com pouca variação entre agosto e setembro. Quanto à liquidez, o FSG conta com 83% da carteira em alta – até d +4. Para o Fundo Capitalizado (FC), o assessor informa que houve rentabilidade de R\$2 milhões no mês, com acumulado de R\$ 14,1 milhões. Por segmento, o FC está dentro dos limites da Resolução e da PI/2022, com maior posicionamento em Renda Fixa, protegendo o patrimônio do Fundo. Entre os meses, houve maior alocação em IRF-M1, realocado de fundos atrelados à inflação, conforme estratégia montada para o FC. Por liquidez, o FC está posicionado em muito alta (d +0) em 86%. Para o FSG, a meta de setembro foi -0,20%, com rentabilidade de 0,73%; estando no ano com meta de 104,76% e rentabilidade negativa de 98,84%. Para o FC, a meta em setembro foi de -0,08%, com rentabilidade de 0,51%; no ano a meta é 105,92%, com rentabilidade positiva de 104,71%. Acrescentando à fala, o Diretor Jefferson relembra os fatos ocorridos no ano: guerra, inflação e eleição interna para justificar os resultados obtidos. Finalizando a apresentação, o Chefe da Assessoria Especial de Estratégia de Investimentos do Iprev/DF, Ramon, passou a palavra para Lucas Fernandes de Azevedo, Chefe da Unidade de Gestão dos Ativos Não Financeiros e Lucyano Segundo, Coordenador de Gestão dos Ativos Não Financeiros, que apresentaram em conjunto os demais itens da pauta, Plano de Gestão Imobiliária 2022/2023; apresentaram as Diretrizes Legais e Instrumentos Normativos Relacionados à Gestão de Imóveis de RPPS, o Panorama do Mercado Imobiliário no Brasil e Expectativas, o Diagnóstico Completo dos Imóveis da Carteira, Ações Concluídas em 2022 (limpeza nos imóveis, terrenos, pequenas manutenções nos imóveis, instalações de placas com dizeres “proibido jogar lixo ou entulho” e monitoramento dos terrenos. O chefe de Unidade, Lucas, faz um retrospecto das leis, criação da Unidade, planos elaborados e imóveis registrados. Abordou os principais tópicos do PGI 2022/2023, com diretrizes legais e instrumentos normativos relacionados à gestão dos imóveis. Passando a palavra ao Coordenador Lucyano, houve a setorização dos imóveis por 6 blocos, com propostas para cada imóvel gerido pelo Instituto. Finalizaram a apresentação informando as ações de avaliação e reavaliação periódica dos imóveis, o Projeto de Lei para permuta dos imóveis e administração das Carteiras de Imóveis. **Item VI - Conciliação Bancária do Iprev/DF;** A Diretora da DIAFI, Célia, apresentou sua equipe e iniciou a apresentação esclarecendo que o padrão para acompanhamento das contas é o saldo do SIGGo e o formulário de conciliação. Nesse processo são apresentados conta e extrato para conferência e disponibilizou as planilhas para conhecimento e apreciação dos Conselheiros. Dando continuidade à apresentação, o Gerente de Conciliação, Cléber, informou que iria suprir a apresentação com todas as informações do que é realizado diariamente na conciliação. Ressaltou que todos os órgãos que realizam a conciliação, têm a obrigatoriedade de encaminhar para SUCON/COCAI, conforme Decreto nº.32.598 de 15 de dezembro de 2010. Apresentou alguns relatos de problemas encontrados no setor anteriormente, mas já contornados, como a desordem e divergência contábil, onde 51% das 31 contas correntes e 98% das 96 contas de investimento, não estavam conciliadas. Esclareceu que algumas ações

foram implementadas com o objetivo de sanar tais problemas como padronização dos procedimentos e mapeamento dos fluxos, auditoria nas contas correntes e de investimento e criação de 4 processos individualizados por unidade gestora – UG. Informou ainda que a DIAFI realiza uma reunião mensal da própria diretoria para alinhamento das ações, e que estão em constante monitoramento dos extratos bancários, de investimentos, fiscalizando diariamente toda a rotina do financeiro da instituição. Apresentou, detalhadamente, nos *slides*, as contas correntes e de investimentos, 100% conciliadas, controle dos bloqueios judiciais, controle das taxas bancárias, controles das aplicações do Fundo Solidário Garantidor e do Fundo Capitalizado e o demonstrativo da particularização das contas no SIGGo. Finalizou ainda que está sendo confeccionado o Manual de Conciliação Bancária do Iprev, com previsão de entrega para março de 2023. O Presidente Luciano agradeceu a apresentação e parabenizou a equipe pelo trabalho de excelência realizado na DIAFI e colocou-se à disposição para o que for necessário. **Item VII - Informes gerais. VII.I Modelos de Prestação de Contas.** O Presidente Luciano sugeriu que fosse votado para a próxima reunião intermediária, a definição de um modelo para prestação de contas, o que foi acatado por todos os Conselheiros. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente encerrou a sessão às dezoito horas e dois minutos e eu, Jerusa de Vasconcelos Lins Alves, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será disponibilizada no Processo SEI-GDF nº 00413-00000041/2022-12, para ser assinada eletronicamente pelos conselheiros titulares presentes na reunião e publicada no DODF.

Assinaturas:

FLÁVIA DE MORAES MENDES

**Conselheira Titular Substituta**

LUCIANO CARDOSO DE BARROS FILHO

**Presidente**

MARCELO CRUZ BORBA

**Conselheiro Titular**



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO CARDOSO DE BARROS FILHO Matr. 02811871, Presidente do Conselho Fiscal**, em 10/01/2023, às 15:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO CRUZ BORBA - Matr.0281864-7, Membro do Conselho Fiscal**, em 15/03/2023, às 09:45, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA DE MORAES MENDES - Matr.0281863-9, Membro do Conselho Fiscal**, em 17/03/2023, às 14:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0verificador= 100741783 código CRC= 29CFB97F.](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=100741783&codigo_CRC=29CFB97F)

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS quadra 9, torre B, 5º andar, Edifício Parque Cidade Corporate - Bairro Asa Sul - CEP 70308200 - DF

31053446

---

00413-00000041/2022-12

Doc. SEI/GDF 100741783